



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 14 de setembro de 2018
(OR. en)

12167/18

COAFR 216
MAMA 144
DEVGEN 140
ACP 72
COMER 83
EDUC 321
ECOFIN 825
FIN 668
ENER 303
MIGR 124
RELEX 747
CFSP/PESC 825

NOTA DE ENVIO

de:	Secretário-Geral da Comissão Europeia, assinado por Jordi AYET PUIGARNAU, Diretor
data de receção:	14 de setembro de 2018
para:	Jeppe TRANHOLM-MIKKELSEN, Secretário-Geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2018) 643 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Comunicação sobre uma nova Aliança África – Europa para investimentos e empregos sustentáveis: elevar a um novo patamar a nossa parceria para o investimento e o emprego

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2018) 643 final.

Anexo: COM(2018) 643 final



Bruxelas, 12.9.2018
COM(2018) 643 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO
EUROPEU E AO CONSELHO**

**Comunicação sobre uma nova Aliança África – Europa para investimentos e empregos
sustentáveis:
elevar a um novo patamar a nossa parceria para o investimento e o emprego**

Comunicação sobre uma nova Aliança África – Europa para investimentos e empregos sustentáveis: elevar a um novo patamar a nossa parceria para o investimento e o emprego

Num contexto mundial em rápida mutação, a Europa e a África têm muito a ganhar com o estreitar dos laços económicos e políticos. O presente documento estabelece as principais linhas de ação para uma agenda económica forte para a UE e os seus parceiros africanos. Procura promover um aumento significativo dos investimentos privados africanos e europeus, impulsionar o comércio, favorecer a criação de postos de trabalho e contribuir para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, promovendo normas tecnológicas modernas e sustentáveis, a proteção ambiental e laboral e o comportamento responsável das empresas. Tal traduz-se numa **aliança para investimentos e empregos sustentáveis** no âmbito da parceria União Europeia – União Africana.

Esta aliança é mais do que um plano financeiro; representa uma mudança radical na forma como a nossa parceria funciona para seguir uma lógica centrada no potencial económico de África e na mobilização do setor privado. A aliança destina-se a desbloquear os investimentos privados e a explorar as enormes oportunidades que podem beneficiar tanto as economias africanas como as economias europeias, com uma ênfase especial no emprego dos jovens, tendo também em conta os padrões demográficos de África. Trata-se de uma estratégia económica que utiliza os pontos fortes da Europa e da África, elevando a ambição do Plano de Investimento Externo¹ a um novo patamar. Baseando-se em ações concretas, a aliança apoiará a criação de 10 milhões de postos de trabalho em África nos próximos 5 anos.

Esta aliança não é uma iniciativa isolada; faz parte do conjunto mais vasto de relações e quadros estratégicos UE-África que unem os dois continentes, como a Agenda 2030 das Nações Unidas e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como uma visão orientadora para ambos os continentes, bem como os quadros estratégicos relevantes da União Africana (Agenda 2063) e da UE (Estratégia Global², Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento³). É um elemento-chave para cumprir os compromissos assumidos pela União Europeia e pela União Africana na Declaração da Cimeira de Abidjã e faz igualmente parte da construção de um forte pilar africano no quadro pós-Cotonu e do desenvolvimento de parcerias no Norte de África no âmbito da Política Europeia de Vizinhança. Os princípios da parceria, do diálogo e da apropriação serão elementos centrais da aliança. Para realizar plenamente o seu potencial, a Aliança deverá mobilizar e coordenar as ações e instrumentos da UE e dos Estados-Membros com África.

Esta estratégia económica coerente baseia-se nas Conclusões do Conselho Europeu de junho de 2018, que apelam à criação de «um novo quadro que permita um aumento substancial do

¹ Reforçar o investimento europeu em prol do emprego e do crescimento: Rumo à segunda fase do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e novo Plano de Investimento Externo Europeu, COM(2016) 581.

² [A estratégia global para a política externa e de segurança para a União Europeia](#), 2017.

³ Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento «O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro», JO C 210 de 30.6.2017.

investimento privado tanto dos africanos como dos europeus», bem como nas propostas da Comissão Europeia para o próximo quadro financeiro plurianual e nos resultados das reuniões entre comissões UE-União Africana. Retoma as importantes decisões da 10.ª Cimeira Extraordinária da União Africana, em Kigali, em 21 de março de 2018. Reflete igualmente o espírito da Declaração de Meseberg, de 19 de junho de 2018⁴, e pretende contribuir para a ordem de trabalhos da presidência francesa do G7 em 2019.

É fundamental uma mobilização vigorosa com os parceiros africanos em matéria de investimento e emprego para enfrentar em conjunto os desafios da mobilidade e da migração, promovendo uma participação coordenada dos países de origem, de trânsito e de destino, em conformidade com os princípios da solidariedade, da parceria, da responsabilização e da partilha de responsabilidades. Ao mesmo tempo, uma melhor gestão comum da migração e da mobilidade contribui para a estabilidade geral, o que favorece o investimento sustentável. A aliança é uma parte essencial de uma estratégia que combina, de forma coerente e equilibrada, os diferentes elementos da nossa abordagem conjunta relativa à migração: partilha de responsabilidades no combate às causas profundas da migração irregular e da deslocação forçada, gestão eficaz das fronteiras, prevenção e luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos, o salvamento e proteção de vidas humanas, oferta de vias para a migração legal e garantia de uma cooperação reforçada em matéria de regresso, readmissão e reintegração dos migrantes em situação irregular, em conformidade com os princípios e obrigações estabelecidos em matéria de direito internacional e outros acordos celebrados.

No âmbito desta abordagem global, as vias legais de acesso à UE devem ser reforçadas, a fim de oferecer alternativas seguras e viáveis às rotas perigosas e à migração irregular. Para o efeito, na sua nova Comunicação sobre o reforço das vias legais para a Europa⁵, a Comissão apela à melhoria do sistema de cartão azul da UE e ao desenvolvimento de projetos-piloto sobre a migração legal com países selecionados em África.

Como a dinâmica do crescimento, do emprego e das desigualdades e os desafios relacionados com a instabilidade, a resiliência, a saúde e a governação variam entre as regiões e entre os países africanos, a aliança terá em conta a diversidade do continente africano e as especificidades de cada país, incluindo os desafios específicos das situações de fragilidade e as relações contratuais que ligam os países do Norte de África no âmbito dos respetivos acordos de associação e da experiência de cooperação com a União Europeia através da Política Europeia de Vizinhança.

⁴ [Declaração de Meseberg](#), 2018.

⁵ Melhorar as vias legais para a Europa: um elemento indispensável de uma política de migração equilibrada e abrangente COM (2018) 635

1. Estimular os investimentos estratégicos para a criação de postos de trabalho e reforçar o papel do setor privado

O setor privado tem o maior potencial de criação de postos de trabalho e de crescimento, pelo que é essencial reforçar os investimentos privados responsáveis, nacionais e estrangeiros, em África.

Situação atual

Os investimentos em África mostram uma situação pouco homogénea, que reflete as incertezas a nível mundial, com os fluxos de investimento direto estrangeiro a sofrerem flutuações e a não registarem a forte tendência ascendente necessária. Em 2016, a África do Sul, a Nigéria, o Quênia, o Egito e Marrocos atraíram coletivamente 58 % do total do investimento direto estrangeiro, enquanto os países menos avançados e mais frágeis enfrentam desafios sistémicos para atrair o investimento privado. Enquanto alguns países africanos continuam a estar dependentes de produtos de base, outros conseguiram diversificar as suas economias como reação aos preços baixos destes produtos. Além disso, assiste-se, desde 2016, a um novo alargamento do investimento direto estrangeiro para além do setor das indústrias extrativas⁶.

No que diz respeito aos investimentos da UE em África, a UE é o maior investidor em África, detendo os seus Estados-Membros cerca de 40 % do investimento direto estrangeiro, representando 291 mil milhões de EUR em 2016⁷. O forte progresso económico de África nas duas últimas décadas e o potencial do próprio continente indiciam uma grande oportunidade para fazer mais. As projeções demográficas para África mostram claramente que é também necessário criar milhões de novos postos de trabalho, especialmente para os jovens que entram no mercado de trabalho.

Linha de ação proposta

Ação n.º 1. **O apoio a África para atrair os investimentos** será reforçado através da utilização de montantes cada vez mais substanciais, **tirando partido de financiamentos misto e de garantias**, a fim de mobilizar recursos dos mercados de capitais com as instituições financeiras internacionais, europeias e nacionais, reduzir os riscos de investimento e facilitar o acesso ao financiamento. A prioridade destina-se a setores de valor acrescentado com elevado potencial de criação de emprego sustentável, incluindo para as mulheres e os jovens, aumentando as oportunidades que lhes são oferecidas para realizar as suas aspirações, nomeadamente através de *start-ups*. Será também prestada especial atenção às situações de fragilidade. Entre 2014 e 2017, a UE mobilizou, através de operações de financiamento misto, cerca de 35 mil milhões de EUR. Desde o lançamento do Plano de Investimento Externo Europeu e da criação do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável⁸ em 2017, a UE

⁶ Um exemplo é a Etiópia, agora o segundo maior beneficiário de investimento direto estrangeiro em África, com 3,6 mil milhões de USD em 2017, principalmente em setores como as indústrias ligeira, têxtil e automóvel (CNUCED, 2018).

⁷ EUROSTAT, 2018.

⁸ Regulamento (UE) 2017/1601 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de setembro de 2017, que institui o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS), a Garantia FEDS e o FEDS.

tem mobilizado fundos que deverão alavancar 15 mil milhões de EUR de investimentos através de financiamentos mistos e mais de 16 mil milhões de EUR ao abrigo da garantia. Entre o momento presente e 2020, está no bom caminho o cumprimento do objetivo global do Plano de Investimento Externo de mobilizar investimentos em África e nos países da Vizinhança no valor de 44 mil milhões de EUR até 2020. Os resultados concretos incluirão o acesso à eletricidade para 30 milhões de pessoas e empresas e o aumento da capacidade das energias renováveis em 5 gigawatts. 24 000 pessoas terão acesso a estradas transitáveis em todas as estações do ano, através dos investimentos em infraestruturas de transportes. Prevê-se que venham a ser criados 3,2 milhões de postos de trabalho em África através dos programas de investimento destinados exclusivamente às pequenas e médias empresas. Estes são exemplos importantes da escala e do impacto das intervenções no âmbito da aliança proposta.

No âmbito do próximo orçamento a longo prazo (Quadro Financeiro Plurianual), a UE deve continuar a melhorar os seus instrumentos e ferramentas, garantindo uma execução mais eficiente e aumentando substancialmente o financiamento disponível para esse efeito.

Ação n.º 2. Para que o aumento dos investimentos do setor privado possa ter o maior impacto possível, ***devem ser identificadas as cadeias de valor mais promissoras a nível nacional e regional***. Para o efeito, estão atualmente a ser debatidos ***pactos para o crescimento e o emprego com a maioria dos nossos parceiros africanos***, a fim de orientar os esforços conjuntos em torno das cadeias de valor com maior potencial de criação de emprego, aproveitando as oportunidades de fabrico e transformação, desbloqueando o enorme potencial das economias verde e azul, apoiando a transição para economias hipocarbónicas e resilientes às alterações climáticas, explorando todo o potencial da transformação digital da economia, em especial o comércio eletrónico e a economia dos dados e abordando as áreas que necessitam de reformas para melhorar o ambiente empresarial. Os trabalhos sobre os pactos para o crescimento e o emprego exigem também um diálogo estruturado com o setor privado europeu e africano, baseando-se na Plataforma Empresarial Sustentável para a África criada no âmbito do Plano de Investimento Externo. Será assegurada uma ligação com o Pacto do G20 com África.

Ação n.º 3. A Europa e a África têm interesse em aprofundar o trabalho conjunto em matéria de desenvolvimentos e interesses estratégicos. ***Antes do final do ano, a Comissão Europeia reunirá operadores privados, públicos e financeiros, e do meio académico das duas partes, numa base setorial, a fim de examinar e apoiar os desenvolvimentos estratégicos em áreas económicas críticas*** como as soluções digitais, a energia, os transportes e a agricultura. O objetivo consiste em analisar os desafios a longo prazo e os interesses estratégicos, examinando o modo de acelerar o impacto, impulsionar os investimentos públicos e privados e partilhar da melhor forma experiências e conhecimentos. Tal permitiria definir estratégias para promover e estabelecer as prioridades para a reforma das políticas e da regulamentação a nível setorial nos países africanos, bem como facilitar os investimentos públicos e privados da UE. Em maio de 2018, a UE e a União Africana criaram um grupo de trabalho para a África rural, composto por peritos africanos e europeus, com o objetivo de prestar aconselhamento e formular recomendações sobre as prioridades e as próximas etapas da cooperação no domínio da agricultura e que deverá analisar, nomeadamente, formas de promover os investimentos públicos e privados na agricultura sustentável em África, facilitar os investimentos privados

responsáveis da UE,, promover o comércio intra-africano e as exportações de países africanos, bem como identificar as melhores políticas de apoio aos jovens africanos que trabalham na agricultura, nos agronegócios e na agroindústria. Na sequência da reunião entre comissões UE-União Africana, em maio de 2018, está a ser criado um grupo de trabalho para a economia digital entre a União Europeia e a União Africana. Além disso, estão a ser organizados e em curso diálogos ministeriais setoriais entre a África e a UE. A Comissão apoiará igualmente iniciativas semelhantes dos Estados-Membros que contribuam para a realização da aliança, como o Fórum de Alto Nível África-Europa, a organizar pela Áustria no âmbito da presidência do Conselho antes do final do ano.

África Ocidental - Apoio aos empresários e às pequenas e médias empresas

A UE dispõe de parcerias com a Proparco⁹ para reforçar o financiamento e o apoio aos empresários através de: i) um mecanismo de financiamento inicial sob a forma de adiantamentos reembolsáveis, que permitirá o financiamento das fases experimentais e de criação de protótipos e o acompanhamento dos empresários mais jovens no desenvolvimento do seu projeto; ii) assistência técnica para apoiar as micro, pequenas e médias empresas a melhorar as suas capacidades de gestão, de comercialização, de produção e de governação, e acompanhar de perto os fundos de investimento locais; iii) uma garantia que cubra as primeiras perdas dos fundos de investimento locais. O efeito de alavanca criado pela contribuição de 15,6 milhões de EUR da UE permitirá financiar 50 micro, pequenas e médias empresas, o que representa 5000 postos de trabalho criados ou mantidos. O programa abrange o Burquina Faso, o Níger e o Senegal e será alargado à Mauritânia, aos Camarões, ao Mali, ao Gana e à Costa do Marfim a partir de 2019.

África Ocidental - Facilidade de partilha de riscos NASIRA - Financiamento para empresários com acesso inadequado ao financiamento

A UE tem uma parceria com a instituição bancária de desenvolvimento neerlandesa Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden para fazer face aos riscos percetíveis e reais dos empréstimos a empresários nos países vizinhos da UE e na África Subsariana. O projeto melhora o acesso a empréstimos ao investimento, oferecendo às instituições financeiras locais garantias de carteira contendo empréstimos aos empresários. Incide em i) pessoas deslocadas internamente, refugiados, repatriados, bem como mulheres e jovens. No âmbito deste programa, os 75 milhões de EUR da garantia do Plano de Investimento Externo servirão para gerar entre 750 milhões de EUR e mil milhões de EUR de investimento em 800 000 postos de trabalho em África.

Marrocos - Centrais de energia solar híbridas NOOR Midelt I e NOOR Midelt II

A UE está a apoiar a construção da infraestrutura para as energias renováveis para fazer face à procura crescente de eletricidade e contribuir para o objetivo de 52 % de energias renováveis até 2030, com um impacto positivo na competitividade. A UE concede uma subvenção de

⁹ A Proparco é uma filial da Agence Française de Développement (AFD), centrada no desenvolvimento do setor privado.

60 milhões de EUR para mobilizar o financiamento que ajude a cobrir os custos das infraestruturas. Do lado da UE, a ação é cofinanciada pela Kreditanstalt für Wiederaufbau (agência principal), a Agence Française de Développement e o Banco Europeu de Investimento e também pelo Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo para as Tecnologias Limpas.

Tunísia - Apoio ao ecossistema de start-ups

A ampla assistência da UE à economia da Tunísia (que incluiu a concessão de microcréditos a 60 mil pessoas para iniciar ou desenvolver pequenas empresas) visa garantir que o país pode satisfazer as necessidades do número crescente de jovens tunisinos com habilitações académicas e que estão prontos para entrar no mercado de trabalho. Um novo programa no valor de 25 milhões de EUR irá ajudar cerca de mil *start-ups* tunisinas: i) a melhorar os serviços à disposição dos empresários e das *start-ups* (tais como os espaços de trabalho partilhados, incubadoras ou aceleradores); e ii) a apoiar a implementação de um ambiente regulamentar propício ao espírito empresarial inovador e às *start-ups*. Além disso, as *start-ups* promissoras serão beneficiárias de financiamento inicial. O objetivo perseguido por este programa inovador é contribuir para a diversificação económica da Tunísia e para uma aceleração do seu crescimento através da criação de novos tipos de empresas com elevado potencial.

2. Investir nas pessoas investindo na educação e nas competências

Uma parceria económica destinada a incentivar os investimentos e a criar postos de trabalho deve procurar adequar as competências às exigências do mercado de trabalho. São necessários mais investimentos para proporcionar às pessoas, em especial às raparigas e às mulheres, acesso à educação, nomeadamente ao ensino e formação técnico-profissional, bem como às aptidões e competências digitais, e ainda para fazer face ao desfasamento entre as competências que os jovens adquirem no ensino secundário e superior e as que são necessárias para a sua vida profissional. Tal contribuirá para dotar os jovens das competências adequadas para construir o seu futuro, ao mesmo tempo que consolida as vias para a migração legal.

Situação atual

África tem a população mais jovem de qualquer região do mundo e continua a registar um forte crescimento demográfico, mas a sua mão-de-obra é a menos qualificada do mundo¹⁰. A inscrição no ensino e na formação técnico-profissional em África representa atualmente apenas 6 % da taxa de inscrição no ensino secundário¹¹. Embora seja natural e inevitável que se verifique um certo grau de inadequação das competências em qualquer economia em crescimento e em reestruturação, muitos licenciados do ensino técnico, profissional e geral em África prosseguem áreas de estudo em que a procura de mão-de-obra é baixa¹².

¹⁰ «Africa's Pulse» (2017), Banco Mundial.

¹¹ Estratégia continental de educação da União Africana 2016-2025.

¹² «Africa's Pulse» (2017), Banco Mundial.

A UE é um parceiro de longa data de África na área da educação, desde o ensino pré-escolar e primário ao ensino superior, incluindo o ensino e formação profissionais e a aprendizagem no domínio do empreendedorismo, bem como a investigação e a inovação. Entre 2014 e 2020, a UE apoia programas de educação bilaterais em África, com cerca de 1,34 mil milhões de EUR. Quase 230 milhões de EUR (17 %) deste montante destinam-se ao ensino e formação profissionais. Até 2020, 35 000 estudantes e investigadores de África terão beneficiado do programa Erasmus+, ou seja, um total de 105 000 estudantes em 2027. Até 2020, 750 000 pessoas terão também recebido ensino e formação técnico-profissional para o desenvolvimento das suas competências. Além disso, através do Fundo Fiduciário de Emergência para África, a UE apoia fortemente os programas de desenvolvimento económico destinados a colmatar a escassez de competências, a melhorar a empregabilidade através da formação profissional e a apoiar a criação de postos de trabalho e de oportunidades de criação de empregos independentes. No Sael e no Corno de África, estes programas atingem, desde 2015, um total de 1,1 mil milhões de EUR. No período 2014-2020, a UE apoia também a educação em África, através de iniciativas globais como a Parceria Global para a Educação, com 475 milhões de EUR.

Tanto a UE e os Estados-Membros como os nossos parceiros africanos devem investir mais na educação, em conformidade com a estratégia continental de educação da União Africana (2016-2025).

Linha de ação proposta

Ação n.º 4. A UE apoiará uma importante ***iniciativa da União Africana em matéria de competências***¹³, destinada a desenvolver um quadro de qualificações para o continente africano, ou seja, um mecanismo para reforçar a participação do setor privado no ensino e formação técnico-profissional, apoiar o mercado de trabalho e o diagnóstico do sistema de ensino e formação técnicoprofissional e orientar a mobilidade de estudantes e do pessoal docente. Será dado apoio para o acesso dos estabelecimentos de ensino superior e de investigação às infraestruturas eletrónicas adequadas¹⁴. Será ainda mais facilitada a mobilidade dos estudantes, do pessoal e dos académicos em todo o continente africano («Erasmus» africano)¹⁵. Os conteúdos dos programas de ensino superior e as competências adquiridas pelos estudantes universitários serão mais relevantes para as necessidades do mercado de trabalho e a harmonização do ensino superior em todo o continente será apoiada com vista a assegurar o reconhecimento das qualificações em África e na UE¹⁶. Através do Erasmus+, a UE continuará a apoiar bolsas de estudo e programas de intercâmbio entre

¹³ 27 milhões de EUR do Programa Pan-Africano de apoio i) à facilidade de financiamento «Iniciativa de Competências para África» em cooperação com o Kreditanstalt für Wiederaufbau, num total de 14 milhões de EUR, ii) à cooperação técnica no âmbito da «Iniciativa de Competências para África», com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), num total de 8 milhões de EUR e iii) a um projeto-piloto de mobilidade profissional e de formação UE-UA, num montante total de 5 milhões de EUR.

¹⁴ 30 milhões de EUR em 2018-2020 do Programa Pan-Africano, para além dos 20 milhões de EUR atribuídos no período 2014-2017.

¹⁵ 20 milhões de EUR em 2018-2020 do Programa Pan-Africano, para além dos 20 milhões de EUR atribuídos no período 2014-2017.

¹⁶ 13 milhões de EUR em 2018-2020 do Programa Pan-Africano, para além dos 5 milhões de EUR atribuídos no período 2014-2017.

instituições de ensino superior, bem como a criação de conhecimentos nas universidades para que se tornem intervenientes ativos nos complexos processos de inovação dos quais dependem o desenvolvimento económico e a criação de emprego no futuro. No total, o apoio da UE ao abrigo do Programa Pan-Africano aumentará de 45 milhões de EUR em 2014-2017 para 63 milhões de EUR em 2018-2020, atingindo 108 milhões de EUR.

Ação n.º 5. Um melhor apoio *a nível nacional* permitirá adequar as competências às escolhas estratégicas em matéria de desenvolvimento de cada país¹⁷, com base em iniciativas bem sucedidas no Norte de África, como o programa Med4Jobs¹⁸. O apoio estará associado, tanto quanto possível, aos setores com forte potencial de investimento e de criação de postos de trabalho. Por conseguinte, estará na ordem de trabalhos das discussões relativas aos pactos para o emprego e o crescimento e será analisado nas reuniões estratégicas setoriais com o setor privado, as universidades e os operadores financeiros (tal como proposto na ação 3). No âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual, deverá ser feito um esforço significativo para reforçar o envolvimento da UE neste domínio, em plena coerência com o impulso previsto para mobilizar investimentos privados para a criação de emprego. A UE assegurará que esse aumento dos investimentos seja também orientado de forma mais estratégica, em especial para os setores com maior potencial de criação de emprego, tendo em conta a importância considerável do setor informal na economia africana com vista a melhorar as suas taxas de produtividade geralmente baixas.

Gâmbia - Programa de capacitação dos jovens

A UE colabora com o Centro de Comércio Internacional e o Governo da Gâmbia para apoiar a criação de emprego e o espírito empresarial dos jovens gambianos. Este programa no valor de 11 milhões de EUR proporciona formação e apoio ao desenvolvimento de competências para jovens empresários e organizações de promoção do comércio. O objetivo é que, até 2021, 7000 jovens conclua um programa de formação técnica ou profissional ou um programa de aprendizagem e que pelo menos 8000 possam beneficiar de serviços de empreendedorismo, tais como aconselhamento empresarial e acesso ao financiamento.

Iniciativa Mediterrânica para o Emprego em favor dos países do Norte de África

A Iniciativa Mediterrânica para o Emprego (Med4Jobs), desenvolvida entre a UE e a União para o Mediterrâneo, abrange tanto a oferta como a procura do mercado de trabalho, incidindo em três aspetos fundamentais: i) a empregabilidade, através da identificação e do desenvolvimento, em toda a região, de experiências de formação bem sucedidas que procuram adequar as competências às necessidades do mercado de trabalho; ii) a intermediação de emprego, replicando com êxito as experiências bem sucedidas de facilitação e de intermediação no domínio do emprego; iii) enquadramento empresarial, desenvolvendo um

¹⁷ 40 milhões de EUR em 2018-2020 previstos para o Botsuana, o Gabão, o Gana, a Guiné-Bissau e a Maurícia.

¹⁸ O programa aborda o problema do desfasamento entre as competências e as necessidades do mercado de trabalho, promovendo o espírito empresarial, servindo de intermediário entre a oferta e a procura de mão-de-obra e apoiando as micro, pequenas e médias empresas através da promoção de incubadoras e de programas de tutoria.

ambiente empresarial propício às pequenas e médias empresas, com programas de tutoria ou apoio às indústrias criativas.

Guiné — Programa de apoio à integração socioeconómica dos jovens

O programa INTEGRA, dotado de 65 milhões de EUR, no qual a UE participa com a Agência Belga de Desenvolvimento, a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e o Centro de Comércio Internacional, tencionam criar 11 mil postos de trabalho e envolver 14 mil jovens em ações de formação profissional para melhorar a sua empregabilidade e a sua integração no mercado de trabalho. Serão apoiadas 7420 micro, pequenas e médias empresas promissoras e reforçadas as sete instituições financeiras que oferecem produtos adaptados às micro, pequenas e médias empresas e aos jovens empresários.

3. Reforçar o ambiente empresarial e o clima de investimento

O reforço do investimento do setor privado exige paz, segurança e estabilidade e um clima propício aos investimentos e às empresas, incluindo a estabilidade macroeconómica e sistemas financeiros abertos que permitam aumentar o crédito ao setor privado. Engloba igualmente ações adequadas para abordar questões fundamentais mais vastas relativas à governação, tais como a solidez das instituições governamentais, o Estado de direito, a transparência e a responsabilização, bem como a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos.

Situação atual

O clima de investimento em África tem vindo, de modo geral, a melhorar, com diferenças significativas entre os vários países, mas os inquéritos aos investidores¹⁹ também indicam claramente que é necessário fazer muito mais neste domínio para melhorar a capacidade de África para competir a nível mundial na atração de capitais de investimento. Desde 2009, os fluxos de investimento direto estrangeiro em África representaram sistematicamente menos de 5 % do total dos fluxos de investimento direto estrangeiro em todo o mundo. O Estado de direito, a independência do sistema judiciário e a previsibilidade das políticas fiscais, bem como a paz e a estabilidade, são fatores determinantes que influenciam as decisões dos investidores nacionais e estrangeiros. Pensa-se que o custo da criação de uma empresa é cerca de três vezes superior nos Estados frágeis, desencorajando significativamente o investimento privado²⁰.

Linha de ação proposta

Ação n.º 6. No âmbito da Aliança para Investimentos e Empregos Sustentáveis, a Comissão propõe **reforçar o diálogo e a cooperação com os parceiros africanos sobre o clima de investimento, incluindo, se for caso disso, a proteção dos investimentos**. Esta ação assentará num apoio constante às reformas políticas que melhorem o ambiente empresarial e às capacidades institucionais e técnicas das instituições africanas, nomeadamente através de soluções digitais, a fim de assegurar uma sólida gestão das finanças públicas, incluindo a

¹⁹ Entre outros, o Relatório «Doing Business» do Banco Mundial, 2017.

²⁰ Nota estratégica do Centro Europeu de Estratégia Política, «The Makings of an African Century» (2017).

transparência dos contratos públicos e das despesas e a luta contra a corrupção e a fraude, o reforço da responsabilização, bem como o respeito pelo Estado de direito e o acesso à justiça. O recurso acrescido aos instrumentos da UE de geminação e de assistência técnica e intercâmbio de informações ajudará as administrações públicas a tornarem-se mais eficientes, transparentes e responsáveis. Serão igualmente intensificados os esforços para apoiar os parceiros na mobilização de recursos nacionais, incluindo a luta contra os fluxos financeiros ilícitos²¹, que são responsáveis pela saída do continente de pelo menos 50 mil milhões de USD²² anuais, ultrapassando largamente o montante total anual da ajuda pública ao desenvolvimento. Estas questões são abordadas nos diálogos da UE com os países parceiros, nomeadamente no contexto do apoio orçamental e do diálogo político; serão igualmente abordadas nos diálogos com o setor privado organizados no âmbito do Plano de Investimento Externo, bem como nos fóruns empresariais da UE e nos debates setoriais estratégicos com o setor privado, o meio académico e os operadores financeiros. Será assegurada a ligação com o Pacto do G20 com África. Em 2016, o apoio da UE e dos Estados-Membros à melhoria do clima empresarial em África ascendeu a 200 milhões de EUR²³, dos quais 50 milhões de EUR corresponderam ao apoio da UE. Para o período entre 2018 e 2020, prevê-se um ***aumento significativo do apoio da UE*** às reformas do enquadramento empresarial e dos investimentos em África, no âmbito do Pilar 3 do Plano de Investimento Externo, passando para 300 a 350 milhões de EUR por ano em média, para além de ações específicas destinadas a melhorar a governação e a garantir a paz e a estabilidade. Este aumento deverá prosseguir no período 2021-2027 no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual.

Benim - Luta contra a corrupção através de apoio orçamental

A UE concluiu, em 2016, com o Governo do Benim um contrato de boa governação e de desenvolvimento que prevê um apoio orçamental de 114 milhões de EUR. O objetivo é promover a boa governação económica e financeira através do reforço da transparência da gestão das finanças públicas, da criação de um sistema credível de luta contra a corrupção com base na independência do poder judicial e da melhoria do clima empresarial. Os pagamentos a título deste contrato serão efetuados em função dos progressos das reformas nestes domínios.

Costa do Marfim - Programa de apoio ao comércio e à integração regional

Este programa de 16 milhões de EUR apoia a modernização das instituições e da regulamentação relativa ao comércio e ao investimento, assim como a facilitação do comércio. Isto contribuiu para a melhoria da classificação da Costa do Marfim na classificação «Doing Business», passando da posição 167 em 2010 para a posição 142 em 2016. As exportações da Costa do Marfim aumentaram, bem como a sua quota nas exportações mundiais, o que teve um impacto positivo na capacidade do país para tirar partido

²¹ Fluxos de capitais não registados derivados da corrupção, atividades criminosas, evasão fiscal e operações comerciais objeto de branqueamento.

²² [Relatório do painel de alto nível sobre os fluxos financeiros ilícitos provenientes de África](#), 2014.

²³ Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, 2018.

do novo acordo de parceria económica. Observou-se uma melhoria nos atrasos registados nas importações, que passaram de 864 horas em 2011 para 125 horas em 2016. Tratou-se do primeiro programa desta dimensão em favor da competitividade da Costa do Marfim, tendo permitido às empresas do país expandir as suas atividades e criar postos de trabalho. Foi complementado por um programa de apoio orçamental destinado a melhorar a transparência do sistema judicial e dos contratos públicos, dois outros elementos fundamentais do clima de investimento, e por um diálogo regular com as autoridades e o setor privado sobre as reformas políticas suscetíveis de gerar um impacto positivo.

Egito - Facilidade da UE para criação de emprego e o crescimento inclusivos

A UE está a apoiar uma série de medidas destinadas a melhorar o ambiente para a criação de empresas e o desenvolvimento económico, facilitar o acesso ao financiamento para as micro, pequenas e médias empresas e desenvolver o seu papel nas cadeias de valor fundamentais, a fim de estimular a economia e criar postos de trabalho, em especial para os jovens. Esta intervenção de 75 milhões de EUR deverá mobilizar cerca de 400 milhões de EUR. Visa i) reduzir os encargos administrativos para as micro, pequenas e médias empresas e reforçar a proteção dos direitos de propriedade intelectual; ii) facilitar o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao financiamento a longo prazo e aos conhecimentos; apoiar o crescimento e a competitividade das empresas; facilitar as ligações empresariais a fim de fomentar o desenvolvimento das cadeias de valor; incentivar a inovação entre as micro, pequenas e médias empresas, incluindo os jovens empresários.

Etiópia - Apoiar o diálogo sobre o ambiente empresarial

A UE concedeu financiamento para o arranque do Fórum Empresarial da UE na Etiópia, que apoia o diálogo sobre o clima empresarial entre as diferentes agências governamentais e os investidores da UE e participa regularmente em discussões a Comissão de Investimento etíope desde 2015. Os temas abordados (com base num barómetro de negócios realizado em 2014 e atualizado em 2016) incluíam a administração fiscal e os encargos administrativos, o registo/licenciamento de empresas, a emissão de vistos, a logística e a disponibilidade de Forex. Alguns destes temas foram também abordados a um nível mais elevado, no contexto do diálogo político. Tal contribuiu para melhorar o clima de investimento e para criar um canal de comunicação entre o governo e a comunidade empresarial. O Fórum Empresarial da UE na Etiópia autofinancia-se.

4. Explorar plenamente o potencial da integração económica e do comércio

Os investimentos nos setores de valor acrescentado e de alta intensidade de mão de obra exigem também mercados para os produtos e os serviços. A promoção do processo de integração económica a nível regional e continental em África e a promoção das relações comerciais com a UE são, por conseguinte, componentes essenciais de uma estratégia económica coerente.

Situação atual

O comércio intra-africano continua a ser muito reduzido, apesar do significativo potencial de crescimento: em 2000, era de 10 %, em 2014, de 16 %, de acordo com dados²⁴ da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. O comércio africano com a UE é significativo: a UE é o maior parceiro comercial de África, representando 37 % das exportações africanas de mercadorias, num valor de 110 mil milhões de EUR, e 35 % das importações africanas em 2017, num valor de 133 mil milhões de EUR. Além disso, a UE continua a ser o mercado mais aberto e o principal destino de produtos transformados africanos. A África é também o maior beneficiário da ajuda da UE ao comércio no mundo, com 4,8 mil milhões de EUR de autorizações em 2015. No entanto, os dados globais sobre o comércio da UE com África são comparáveis às trocas comerciais entre a UE e a Suíça, o que demonstra amplamente a existência de um potencial de crescimento significativo para o comércio entre a UE e África²⁵, em ambos os sentidos.

Linha de ação proposta

Ação n.º 7. Com o lançamento da zona de comércio livre continental africana, em março de 2018, o lançamento do mercado único dos transportes aéreos africanos e a assinatura do protocolo sobre a livre circulação de pessoas, as aspirações africanas de integração económica estão claramente definidas. A UE apoiará plenamente a zona de comércio livre continental africana. O apoio às negociações sobre a zona de comércio livre continental africana deverá aumentar de 7 milhões de EUR (2014-2017) para 50 milhões de EUR (2018-2020) e financiar um apoio institucional e técnico às várias fases das negociações (sobre questões como os obstáculos técnicos ao comércio, as medidas sanitárias e fitossanitárias, os direitos de propriedade intelectual, incluindo as indicações geográficas, o investimento, a concorrência, o comércio eletrónico), nomeadamente o apoio à recolha de dados e à análise de dados.

Ação n.º 8. Reforçar o comércio entre a UE e África. Com base na implementação da zona de comércio livre continental africana de a perspectiva de longo prazo é a celebração de um vasto **acordo de comércio livre intercontinental entre a UE e África**. Para o efeito, deveriam ser explorados mais aprofundadamente acordos de parceria económica, acordos de comércio livre, incluindo as zonas de comércio livre abrangente e aprofundado disponibilizadas aos países do Norte de África, bem como outros regimes comerciais com a UE, que funcionariam como alicerces da zona de comércio livre continental africana. Ambiciona-se aumentar ainda mais as exportações africanas e atrair investimentos, nomeadamente nos setores da indústria transformadora, e incentivar a criação de cadeias de valor regionais através de regras de origem flexíveis. Para o efeito, a Aliança continuará a reforçar e a orientar melhor as medidas de ajuda ao comércio para facilitar as trocas comerciais e favorecer a aproximação das normas técnicas e das normas sobre a qualidade dos produtos, bem como de outras medidas regulamentares.

24 CNUCED, «Perspetivas Económicas para África», 2017

25 O comércio total com África representa apenas 7,5 % do comércio externo total da UE e equivale, aproximadamente, à dimensão das trocas comerciais da UE com a Suíça. A África do Sul e os países do Norte de África representam quase dois terços deste valor (Comissão Europeia, Eurostat, Comext, *Client and Supplier Countries of the EU28 in Merchandise Trade (value %), 2016, excluding intra-EU trade*) http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_122530.04.2018.pdf.

Ação n.º 9. A integração económica e o desenvolvimento de cadeias de valor ligadas à estrutura regional, continental e global também exigem **conectividade**, tanto intra-africana como ligações estratégicas entre a UE e África. Os investimentos em infraestruturas estão subjacentes à capacidade de os países africanos tirarem o máximo partido das oportunidades de criação de postos de trabalho e de crescimento²⁶. A aliança procurará apoiar os quadros de ação e as infraestruturas essenciais, incluindo a banda larga e as infraestruturas eletrónicas. Será dada especial atenção a setores como o da energia sustentável, dos transportes, da economia dos dados, das tecnologias da informação e das comunicações, da economia circular, da utilização sustentável dos recursos naturais, da gestão dos resíduos e da água e do crescimento azul; tal poderia incluir a oferta de parcerias com os setores pertinentes da UE, em especial naqueles em que a UE é líder mundial. Tal ajuda será associada ao apoio prestado aos investimentos através do financiamento misto e da garantia.

Ajuda ao comércio da UE em favor de África

A UE e os seus Estados-Membros são os principais fornecedores de ajuda ao comércio, com 13,2 mil milhões de EUR de autorizações (29 % do valor total da ajuda ao comércio), dos quais África continua a receber a maior parcela, ou seja, 4,8 mil milhões de EUR em 2015 (36 % da ajuda coletiva da UE ao comércio). África é o primeiro beneficiário de subvenções em relação a outras regiões cujo tipo de fluxos é mais diversificado (subvenções, empréstimos e capital próprio). Tal inclui a assistência da UE relacionada com o comércio (incluindo a política e a regulamentação comercial, a promoção e a facilitação do comércio e outras necessidades relacionadas com o comércio), bem como categorias mais abrangentes de ajuda ao comércio, tais como as infraestruturas relacionadas com o comércio (infraestruturas físicas, incluindo transporte e armazenagem, comunicação, produção e aprovisionamento de energia), a construção de capacidades produtivas (desenvolvimento do comércio e setores produtivos como a agricultura, as pescas, a silvicultura, a indústria, os recursos minerais e a indústria mineira) e ajustamentos relacionados com o comércio (contribuição para os orçamentos públicos nos países que executam reformas da política comercial).

Madagáscar - Plano de execução do acordo de parceria económica

No âmbito do plano de execução do acordo de parceria económica em favor de Madagáscar, as empresas malgaxes do setor têxtil beneficiaram do acordo de parceria económica com a UE e do apoio que lhe está associado (até 10 milhões de EUR). Por exemplo, a empresa têxtil malgaxe EPSILON aproveitou as oportunidades de acesso ao mercado da UE com isenção de direitos e de contingentes e com regras de origem mais vantajosas, que permitem uma transformação única e a oportunidade de se abastecer de matérias-primas de todo o mundo. O plano aumentou rapidamente o seu reconhecimento a nível mundial graças à sua conformidade com as normas da UE e as normas internacionais, colaborando com marcas líderes para promover a responsabilidade social das empresas do setor. A empresa foi criada em 1999, com 100 trabalhadores; atualmente, conta com 2000 trabalhadores. 75 % dos seus

²⁶ «Perspetivas Económicas para África», 2018, Banco Africano de Desenvolvimento.

trabalhadores são titulares de contas bancárias; 100 % dos filhos dos trabalhadores frequentam a escola; 50 % dos trabalhadores são proprietários de uma casa; 98 % dos gestores provêm de uma promoção interna.

5. Instrumentos e meios de ação

Ação n.º 10. Para que a aliança possa ter êxito, é necessário um diálogo constante entre os parceiros europeus e africanos, uma maior participação do setor privado e uma consulta estreita com a sociedade civil. A aliança deve também ser acompanhada de ***um importante pacote de recursos financeiros***. A UE e os seus Estados-Membros são já os primeiros parceiros de África, representando, em 2016, 55 % de toda a ajuda pública ao desenvolvimento fornecida a África, no montante de 23 mil milhões de EUR.

O futuro Quadro Financeiro Plurianual da UE proposto pela Comissão prevê um instrumento ambicioso de vizinhança, desenvolvimento e cooperação internacional²⁷ no valor de 89,2 mil milhões de EUR para o período de 2021-2027, com África e os países da Vizinhança como prioridades. Pelo menos 32 mil milhões de EUR de subvenções em favor da África Subsariana e 7,7 mil milhões de EUR previstos para o Norte de África serão complementados por financiamento adicional do pilar temático, da resposta rápida e da «reserva» do instrumento. Com base no Plano de Investimento Externo e no Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável, o instrumento prevê igualmente um aumento substancial da utilização de mecanismos mistos e de garantias, a fim de mobilizar fundos consideráveis do setor público e do setor privado. A África será uma região prioritária ao abrigo da nova arquitetura proposta para os investimentos externos²⁸, com uma maior capacidade de intervenção externa da garantia externa no valor de 60 mil milhões de EUR a nível mundial, . A Alta Representante, com o apoio da Comissão, propôs igualmente a criação da Facilidade Europeia de Apoio à Paz²⁹ no valor de 10,5 mil milhões de EUR para o período 2021-2027, que reforçará o nosso trabalho com África para garantir a paz, a segurança e a estabilidade em todo o continente africano, cruciais para o desenvolvimento económico.

Síntese das ações

n.º 1	Estimular os investimentos estratégicos através de financiamentos mistos e de garantias
n.º 2	Apoiar as oportunidades de fabrico e transformação a nível nacional e regional através dos pactos para o emprego e o crescimento
n.º 3	Estabelecer grupos setoriais europeus e africanos de operadores públicos, privados e financeiros e do meio académico, sob a liderança

²⁷ COM(2018) 460 final, 14 de junho de 2018.

²⁸ A Comissão adotou a Comunicação «Rumo a uma arquitetura financeira mais eficiente para os investimentos fora da União Europeia» [COM (2018) 644], que apresenta ideias para tornar o sistema atual ainda mais eficaz.

²⁹ Ver [ficha de informação](#) sobre Facilidade Europeia de Apoio à Paz.

	de um comissário, com o objetivo de disponibilizar competências, aconselhamento e recomendações
n.º 4	Apoiar a educação e o desenvolvimento de competências a nível do continente
n.º 5	Apoiar o desenvolvimento de competências a nível nacional para adequar as competências às escolhas estratégicas em matéria de desenvolvimento de cada país
n.º 6	Reforçar o diálogo, a cooperação e o apoio ao clima empresarial e de investimento
n.º 7	Apoiar a zona de comércio livre continental africana
n.º 8	Reforçar o comércio intra-africano e o comércio UE-África na perspetiva de longo prazo de um acordo de comércio livre entre os dois continentes
n.º 9	Apoiar a conectividade tanto intra-África como entre a UE e África
n.º 10	Mobilizar um pacote substancial de recursos financeiros